

PLANEJAMENTO FINANCEIRO PARA MAGISTRADOS

BOLETIM - nº 3



AMB
Associação dos
Magistrados
Brasileiros





Caros associados,

Dando continuidade ao nosso trabalho, entregamos hoje o nosso terceiro Boletim.

Nesses últimos 15 dias, implantamos o canal unidirecional do Telegram, através do qual temos enviado notícias e atualizações das nossas atividades; gravamos e divulgamos o nosso primeiro vídeo de Perguntas e Respostas, no qual respondemos às perguntas que nos foram enviadas através do email planejamento.financeiro@amb.com.br; e participamos de duas “lives”, uma através da APAMAGIS, cujo tema foi “Momento Econômico e Perspectivas Futuras”, e outra pela própria AMB, em que falamos sobre Bitcoins, Blockchain e Criptoativos, com a participação da também colega Renata Baião, do TJSP.

As duas lives e o vídeo de Perguntas e Respostas foram disponibilizados no nosso canal do Telegram e mesmo quem se inscrever agora terá acesso a todo o conteúdo para lá já enviado. Para se inscrever no nosso canal, basta baixar o aplicativo do Telegram em seus smartphones e [clique aqui](#)

Observação: por questão de segurança, com alguma frequência cancelaremos os links divulgados nos boletins anteriores e criaremos novos links. Por isso, o que foi disponibilizado no Boletim nº 02 foi revogado e o deste boletim é que está atualmente em vigor. Caso tenham alguma dificuldade para se inscrever, envie-nos um email.

Não se esqueçam de que o nosso email está a serviço do associado para encaminhamento de dúvidas, sugestões, reclamações, ideias, enfim, para tudo que entenderem pertinente.

As dúvidas serão respondidas através de vídeo, como fizemos na quinzena que passou. Caso o volume de perguntas não seja muito elevado, responderemos também individualmente aos remetentes. Se desejarem que a identidade não seja divulgada no vídeo, pedimos que, no corpo do email, seja solicitado o anonimato.



Solicitamos aos colegas que nos leem, também, que enviem sugestões para a nossa Seção “Você Sabia?”. Ao entendermos melhor as necessidades de vocês, conseguiremos direcionar de forma mais eficaz o nosso conteúdo.

Passadas as duas primeiras edições, nas quais comentamos sobre a abertura de contas em corretoras ou bancos de investimento (Boletim nº 02) para podermos tirar o nosso dinheiro das cadernetas de poupança “novas” e o colocarmos em produtos mais rentáveis, com as primeiras sugestões para a reserva de emergência indicadas no Boletim nº 01, agora daremos atenção àqueles que, por alguma dificuldade, ainda não conseguem poupar e muito menos “investir”. Equilíbrio e Organização Financeira são os primeiros passos para dar a volta por cima e ajustar essa situação, que infelizmente tira o sono de muitos dos nossos colegas.

O tema é extenso e não será esgotado neste Boletim, mas, a partir de hoje, daremos ênfase também a essa questão.

Sobre outros pontos de interesse envolvendo investimentos, trataremos mais adiante, quando, esperamos, colegas que hoje têm dificuldade de poupar também consigam ter algo para investir.

De qualquer modo, não abandonaremos o tema, que continuará sendo objeto da nossa seção “Panorama Atual” e dos vídeos de perguntas e respostas, sempre que recebermos alguma pergunta a esse respeito.





Para quem perdeu algum conteúdo já publicado e deseja recuperá-lo, seguem os links:



Esperamos vocês no nosso canal do Telegram e desejamos uma boa leitura.





PANORAMA ATUAL



Embora não possamos dizer que a quinzena estava sendo “calma”, porque em tempos de pandemia e de tantos problemas políticos nada está calmo no mercado financeiro, ao menos acreditávamos que o mar estava menos revolto.

Na sexta-feira passada (15/05/2020), porém, mais uma novidade: o “novo” Ministro da Saúde, que nem bem esquentou a cadeira, também pediu para sair, antes mesmo de completar um mês no cargo.

Por divergências com o Presidente da República, que não estava satisfeito com algumas diretrizes seguidas pelo agora ex-ministro (e vice-versa), Nelson Teich pediu demissão. Até o encerramento desta edição não havia sido divulgado o nome do novo Ministro que ocupará a pasta.

Embora no cenário econômico a saída de um Ministro da Saúde em regra não cause grande impacto, fato é que esse evento mais uma vez coloca Jair Bolsonaro à prova, voltando a



PANORAMA ATUAL



ser questionada a coesão e a solidez de seu governo, às vésperas da possível divulgação do vídeo da reunião ocorrida em 22 de abril, na qual ele teria tentado interferir na Polícia Federal, “pedindo” a Superintendência da Polícia Federal do Rio de Janeiro, justamente aquela que deflagrou a “Operação Furna da Onça”, que investiga o filho do Presidente e atual Senador Flávio Bolsonaro no caso da “*rachadinha*”.

A respeito desse tema, mais uma notícia tomou conta dos noticiários deste último final de semana: o depoimento à Polícia Federal do empresário Paulo Marinho, suplente de Flávio Bolsonaro no Senado e antes aliado da família, que afirmou que Flávio teria tido conhecimento prévio da investigação e que a Polícia Federal teria postergado a deflagração da operação para depois das eleições, para não prejudicar a candidatura do pai à Presidência e dele próprio ao Senado.

As investigações contra o Presidente, que antes se restringiam aos fatos narrados por Sérgio Moro, agora podem ganhar novos rumos, gerando mais instabilidade política e econômica em um ambiente de estado de calamidade pública declarada, com as atividades industriais e comerciais paralisadas e com negociações entre os poderes Executivo e Legislativo para que eventuais vetos do Presidente às leis recentemente promulgadas não sejam derrubados pelo Congresso Nacional.

Em paralelo, com sua gestão cada vez mais questionada, Bolsonaro mantém a continuidade do movimento de aproximação do “Centrão”, visando a ganhar maior base de sustentação.

É o Brasil sendo Brasil.



PANORAMA ATUAL

E não por outro motivo as agências de avaliação de risco Standard & Poor's e Fitch revisaram as perspectivas do país para um patamar inferior ao que antes se encontravam (a Moody's manteve a nota e a perspectiva).

E com tudo isso continuamos sem saber o que teremos pela frente, afinal, se “*no Brasil até o passado é incerto*”, o futuro é cada vez mais imprevisível.



Quanto ao tema “coronavírus”, os números relativos à COVID-19 no Brasil continuam crescendo no que se refere às contaminações e mortes. Se antes havia um pensamento cada vez mais forte de que a reabertura gradual das atividades seria algo possível para o curto prazo, mais recentemente os governos estaduais parecem estar se convencendo do contrário. Em alguns Municípios implantou-se o *lock down* e em outros estão se tornando mais severas as regras que restringem a circulação, inclusive com antecipação de feriados, como na capital paulista.

A vigência das regras de isolamento tem se estendido no tempo e a suspensão do retorno das atividades idem, impondo novos aumentos dos índices de desemprego e da inadimplência e o fechamento definitivo de empresas, especialmente as menores. Em outras palavras, a luz do fim do túnel ainda está distante, imperceptível.

Novas notícias sobre uma possível vacina surgem, mas todas ainda dependentes de testes que, em regra, levam meses para aprovação e autorização. No restante do mundo, alguns países começam a voltar às suas atividades, especialmente países europeus e alguns estados dos Estados Unidos, sendo essas as principais razões da elevada alta das bolsas mundiais nesta segunda-feira, 18 de maio.

¹ Frase atribuída ora ao ex-Ministro Pedro Malan, ora ao ex-Presidente do Banco Central Gustavo Loyola.



PANORAMA ATUAL

Fato também relevante ocorrido na quinzena que passou foi a redução da Taxa Selic para 3% ao ano (queda de 0,75%), surpreendendo a maior parte do mercado, que previa uma redução de 0,5%, elevando ainda mais a taxa de câmbio, que já beira os R\$ 6,00 por dólar, e as taxas de juros dos contratos com vencimentos mais longos.

Embora aparentemente possa parecer contraditória a ideia de que a redução da Taxa Selic eleve as taxas de juros de longo prazo, isso decorre da desconfiança de que taxas tão baixas não se sustentarão por muito tempo, o que, somado ao aumento da dívida pública oriundo de atos do Governo para minimizar os prejuízos advindos da pandemia e ao possível aumento da inflação no médio prazo, faz com que o mercado acredite na necessidade da elevação das taxas de juros de longo prazo para conter a inflação.

E o comunicado do Banco Central após a reunião do Copom trouxe perspectiva de nova queda da Selic, *não maior do que a da última reunião*, ou seja, deixou em aberto a possibilidade de novo corte de até 0,75%, o que colocaria o Brasil definitivamente entre os países com **juros reais negativos**, ou seja, com taxa de juros inferiores à inflação, exceto se o processo deflacionário se intensificar de tal forma a que o IPC-A seja inferior à Selic no ano.

E com taxas de juros tão baixas, o investidor estrangeiro busca rentabilidade em outros países, vendendo reais e adquirindo dólares, o que eleva ainda mais a taxa de câmbio.





PANORAMA ATUAL

É verdade que a elevação dos juros dos contratos e dos títulos com vencimento no longo prazo trazem um ambiente menos favorável para a contratação de financiamentos imobiliários em relação às taxas que estavam sendo praticadas no início do ano; ainda assim, as taxas continuam bastante baixas se comparadas às que vinham sendo praticadas entre 2014 e 2015 ou até mesmo em um passado mais distante, sendo, talvez, uma boa oportunidade para aqueles que buscam financiamentos a juros baixos.

Não podemos nos esquecer, porém, que a instabilidade política e econômica, o aumento de alíquotas da previdência oficial e a falta de reajuste dos subsídios sugerem maior cautela para planos futuros, especialmente os de longo prazo.

Já do lado dos investimentos, o aumento dos chamados “juros longos” (títulos com data de vencimento mais distantes) está criando algumas oportunidades de investimento na renda fixa, especialmente em títulos públicos indexados ao IPC-A (Tesouro IPCA+), pois os títulos com vencimento em 2035 e 2045, que por sua natureza são protegidos da inflação, estão sendo negociados com taxas de juros reais de 4,47% ao ano (ou seja, pagam IPCA + 4,47% ao ano)². O acesso a esses títulos pode ser feito através dos *websites* e dos aplicativos de bancos comerciais ou corretoras, nas respectivas seções de investimentos. Mais informações sobre o Tesouro Direto no site <https://www.tesourodireto.com.br/>

Embora ainda não tenhamos falado com mais detalhes sobre os títulos negociados na plataforma do Tesouro Direto (exceto sobre o Tesouro Selic, no Boletim nº 01), é válido destacar, quanto aos títulos denominados **Tesouro IPCA+**, 3 pontos bastante importantes: 1) O Governo Federal garante a recompra dos títulos a qualquer tempo, pelo preço negociado no mercado; 2) A liquidez é diária, ou seja, embora esses títulos tenham uma data de vencimento, eles podem ser vendidos ao Tesouro Nacional a qualquer tempo e o dinheiro retornará à conta do investidor no dia seguinte ao do pedido de resgate.

Antes, porém, de chegarmos ao 3º item, fazemos questão de destacá-lo por ser o mais importante e aquele que o investidor mais deve ficar atento: 3) esses títulos sofrem do que se denomina “marcação a mercado”, que, na prática, significa que seus preços variam dia a dia, conforme oscilam, também, as taxas de juros de mercado (não confundir com a Taxa Selic), em movimentos contrários a elas, ou seja, quando as taxas de juros sobem, o título se desvaloriza; quando as taxas de juros caem, os títulos se valorizam. Portanto, se houver necessidade de resgate desses títulos antes da data de vencimento, é possível que o investidor não receba exatamente a taxa contratada (no nosso exemplo ICPA + 4,47%)

² Taxas verificadas no site

<https://www.tesourodireto.com.br/titulos/precos-e-taxas.htm> em 19 de maio de 2020, 10:50.



PANORAMA ATUAL

ou, em alguns casos, possa até ter prejuízo. Mas o contrário também é verdadeiro: a queda das taxas de juros de mercado elevam o valor dos títulos e, assim, o investidor poderá ter a oportunidade de pedir o resgate do seu investimento com ganhos superiores ao contratado. Por isso, o ideal é que o investidor se informe sobre o funcionamento desses títulos antes de neles investir. O site do [Tesouro Direto](#) traz informações valiosas.

Porém, outra ressalva importante é a de que, quando o investimento é mantido até a data de vencimento, o investidor receberá, ao final, exatamente a taxa contratada, ou seja, no nosso exemplo, IPCA + 4,47% ao ano.

Para quem pretende investir em renda fixa pensando em projetos de longo prazo, como a própria aposentadoria ou algo para os filhos, com planos para que o resgate ocorra somente no vencimento ou próximo a ele, não há necessidade de se preocupar com a marcação a mercado e as taxas atuais estão atraentes, embora não se ignore a possibilidade de que possam aumentar ainda mais (esse aumento também não é certo).

Mas como não sabemos exatamente o que acontecerá daqui para a frente, é necessário esclarecer que essas taxas são fixadas de acordo com as expectativas do mercado para a média anual dos juros até a data do vencimento do título e, por isso, elas variam diariamente. Logo, em momentos de estresse do mercado elas podem subir ainda mais. Se, por um lado, a alta das taxas de juros gera oportunidades para novos investimentos, por outro e como consequência, ela traria a desvalorização temporária dos títulos de quem já os tem em carteira, pois, como dito, a elevação das taxas implica na redução do valor dos títulos.

Havendo mais dúvidas sobre o tema, não deixem de enviá-las para *e-mail*.





VOCÊ SABIA?



A partir desta edição iniciamos uma sequência de conteúdos que têm por finalidade ajudar os colegas a se organizar financeiramente, especialmente aqueles que têm mais dificuldade de fechar as contas no final do mês ou que, embora não terminem o mês “no vermelho”, também não conseguem poupar para investir.

Aos que têm interesse de mudar essa situação, acompanhem-nos.

Sabam, desde já, que é necessário disciplina, colaboração familiar e, talvez a questão mais difícil: *mudança de consciência*, tendo em vista a realidade em que vivemos atualmente.

Vamos devagar.

Como a última medida talvez seja a de mais difícil adaptação para a maioria de nós – quiçá também seja a mais importante – vamos começar por ela: a mudança de consciência.

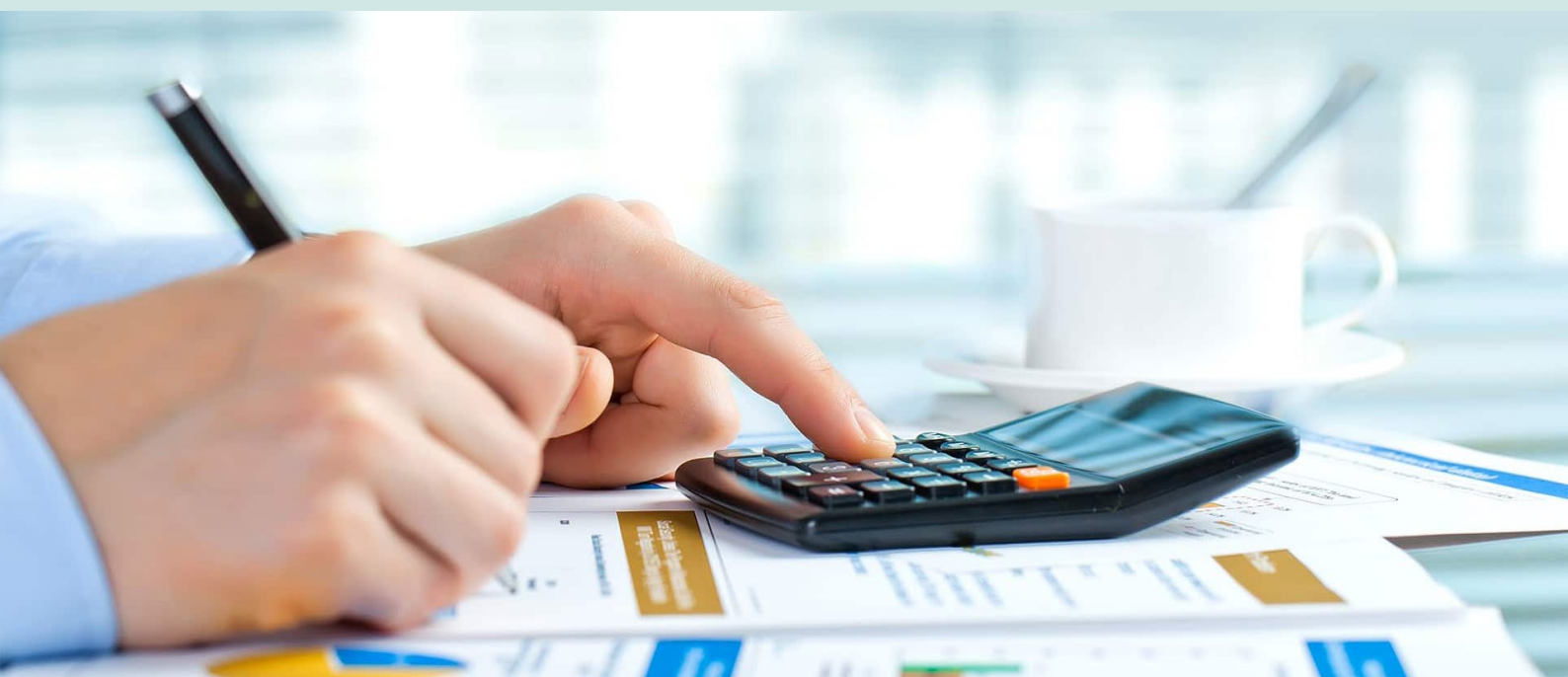


VOCÊ SABIA?

Os mais antigos na carreira poderão confirmar o que dizemos agora: quando nos referimos especificamente aos nossos subsídios, já tivemos épocas boas e ruins e, embora ainda recebamos um dos maiores salários do funcionalismo público, podemos afirmar, sem sombra de dúvidas, que estamos em um dos piores momentos, se não o pior.

O IPC-A mede o aumento de preços seguindo uma determinada cesta de produtos estabelecida pelo Governo Federal e o resultado apurado reflete o que é considerada a taxa oficial de inflação do país. Essa medição é realizada em diversas capitais, abrangendo locais em que o custo de vida é elevadíssimo, como São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, e outros, em que o custo de vida é, digamos, aceitável. A diferença de características entre as regiões é um primeiro indício de que a medição gera distorções, mas o maior dos problemas, no nosso caso especificamente, é que em regra a cesta de produtos que consumimos tem reajustes superiores ao IPC-A; em outras palavras, considerando a média de consumo dos magistrados, temos uma inflação superior ao IPC-A, que não é medida, porque a cesta de produtos que consumimos não é padronizada. Cada pessoa e cada família faz suas escolhas de consumo e são as nossas escolhas que geram nosso padrão de vida e o nosso custo de vida individualizado.

É evidente que não podemos ignorar situações especiais e extraordinárias, as quais nem sempre são previsíveis e, em regra, desestabilizam o nosso orçamento doméstico. Para esses casos – vale novamente a anotação – devemos criar e manter uma reserva de emergência assim que possível.





VOCÊ SABIA?

Mas fato é que não vivemos em situações extraordinárias, até porque, se elas fossem a regra, deixariam de ser extraordinárias.

Miramos aqui, principalmente, as nossas despesas **ordinárias**.

Todos, independentemente da profissão exercida, classe social ou interesses particulares, gostamos do que é bom e de qualidade. E o que é bom e de qualidade normalmente (embora não necessariamente) é mais caro.

Os reajustes dos nossos subsídios, sabemos, não tem ocorrido com a frequência anual determinada na Constituição Federal. E não só não temos tido reajustes como temos sofrido queda de nosso salário líquido, pois em 2018 os Magistrados que estavam na ativa receberam o reajuste dos subsídios acompanhado do corte do auxílio-moradia, o que acarretou a redução da nossa receita líquida, por conta do aumento da base de cálculo do Imposto de Renda; em tempos atuais, o que temos visto tanto no âmbito federal como estadual daqueles que se mantiveram no regime próprio de previdência é o aumento das alíquotas da previdência oficial, ocasionando nova redução dos subsídios líquidos que, no final das contas, é o que realmente interessa.

E sem fazer aqui nenhum juízo de valor acerca das decisões dos demais poderes, até porque temos que trabalhar mais com fatos do que com expectativas, sabemos que novo reajuste não ocorrerá ao menos até o final de 2021, em razão dos esforços dos governos para a contenção da epidemia e para que tenham dinheiro para destinar à saúde e às famílias que, por conta da paralização das atividades, estão sem renda.





VOCÊ SABIA?

A situação atual é excepcional e, por isso, não deve ser utilizada como parâmetro, mas lembremos que até 2019, ano em que ainda não havia pandemia, nossos subsídios já estavam defasados, pois reajustados muito aquém do IPC-A. E se, como dito há pouco, a nossa inflação, na média dos magistrados, é superior ao IPC-A, parece evidente que nosso padrão de vida deve se adequar cada vez mais a um “novo normal”, caracterizado por reajustes escassos e inferiores à inflação.

Todas as associações de classe (Magistratura, Ministério Público e outras de carreiras do funcionalismo público semelhantes à nossa) lutam por condições melhores e por reajustes que, no mínimo, cubram as perdas inflacionárias, mas sabemos que não é tão simples assim, pois, sobre essas questões, não é o Judiciário quem decide. E quando o assunto é reajuste de subsídios, não importa quem está na presidência das associações, pois todas as gestões, passadas, presentes e futuras, lutaram, lutam e lutarão pelos nossos direitos. Isso é fato.

Lembremos que são os Poderes Executivo e Legislativo que dão a última palavra em relação ao aumento dos subsídios, especialmente depois de decisão recente do Supremo Tribunal Federal, que, em caso de repercussão geral, aprovou a seguinte tese: “*A revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos depende, cumulativamente, de dotação na Lei Orçamentária Anual e de previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias*”³.

Na prática, portanto, essa decisão dá à União Federal, aos Estados e ao Distrito Federal autonomia para decidir quando darão reajustes aos seus servidores.

³ O conteúdo da matéria pode ser lido no site do Supremo Tribunal Federal, através do link

<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=431961>





VOCÊ SABIA?

Sabemos que a luta não deve parar e a AMB não deixará de lutar, mas enquanto as conquistas não são alcançadas – e infelizmente ninguém pode garantir que serão – temos que fazer a nossa parte dentro de nossas casas, na companhia de nossos familiares.

Então, se somente lutar não está sendo suficiente, algo mais devemos fazer.

E é nesse momento que deve entrar a já anunciada *mudança de consciência*.

Mudar nossa consciência implica em olhar para o nosso presente, para que possamos lidar com a situação atual e concreta e não com as expectativas de melhora no futuro, melhora que, infelizmente, nem sabemos se virão.

E olhar para o nosso presente significa modificar hábitos que cultivávamos em épocas em que nossos subsídios tinham um poder de compra maior do que têm agora. Alguns “sonhos de consumo”, que já tivemos outrora, não cabem mais nos nossos bolsos. Mudar a forma de pensar e entendermos de uma vez por todas que, no cenário atual, nosso padrão de vida não pode ser igual ao padrão de vida que um dia tivemos, especialmente nas épocas em que tínhamos pouco a reclamar, é algo essencial para que nos organizemos financeiramente.

Não vivemos mais aquela época. O custo de vida se elevou e nossas receitas não acompanharam nem sequer a inflação oficial. Insistir em manter o mesmo padrão de vida, por mais prazeroso que possa ser durante um curto período de tempo, no médio e longo prazo pode se mostrar um comportamento equivocado e nos levar à ruína, porque





VOCÊ SABIA?

aqueles que têm reservas tendem a perdê-las e os que já não as têm entrarão em dívidas que, ao longo do tempo, podem se tornar impagáveis em razão do acréscimo dos juros (que representam novas despesas).

Não percam as esperanças em tempos melhores e não deixemos de acreditar nos nossos colegas que se dedicam a lutar por nós à frente das diversas associações existentes pelo Brasil, mas não acreditem que todos os pleitos da Magistratura serão atendidos, porque, sabemos, não serão, principalmente em momento em que grande parte da classe política não é simpática ao fortalecimento de instituições como o Poder Judiciário e o Ministério Público.

Façamos, então, o que ainda podemos fazer, que é cuidar de nós mesmos, das nossas decisões e dos nossos hábitos.

Como fazer isso é assunto que trataremos a partir do próximo Boletim, mas solicitamos aos nossos leitores que nesses próximos quinze dias comecem a pensar no que aqui foi dito e no que já podem começar a fazer para reduzir o padrão de consumo e, por consequência, os gastos familiares.

Descobrir para onde vai o dinheiro no final do mês é essencial e é a primeira medida a se tomar. Fiquem atentos aos seus gastos. A cada um deles. Comecem com a análise detida das despesas fixas e vejam o que pode ser modificado.

Nossa estratégia será indicada nos próximos boletins e estaremos atentos às dúvidas e às dificuldades de vocês.

Contem conosco e não percam a nossa próxima edição.





CONCLUSÃO

É fácil e cômodo atribuírmos as responsabilidades pelas nossas dificuldades a outras pessoas ou a fatos que não podemos impedir.

Difícil é entendermos que pelo menos parte das nossas dificuldades – se não todas elas – podem ser solucionadas através de mudanças nos nossos próprios hábitos, o que implica em olharmos para nós mesmos e em reconhecermos que uma situação vivida outrora não pode mais ser vivenciada neste momento.

Torçamos e lutemos para que recuperemos essa condição anterior, mas não podemos viver de expectativas. A realidade está aí e é com ela que devemos lidar. O que vier de melhor, é lucro. Mas se nada de melhor acontecer, não sejamos nós e nossas famílias a pagar essa conta e os juros bancários...

Olhar atento às despesas daqui para a frente e até a próxima.

Não se esqueçam de mandar suas sugestões para a Seção “Você Sabia?” para o nosso email planejamento.financeiro@amb.com.br

AMB, 19 de maio de 2020, 12h.

PAULO ALEXANDRE AYRES DE CAMARGO, CFP®

CLÁUDIA DO ESPÍRITO SANTO

PLANEJAMENTO FINANCEIRO PARA MAGISTRADOS

BOLETIM - nº 3



AMB
Associação dos
Magistrados
Brasileiros



www.amb.com.br

+55 (61) 2103-9000